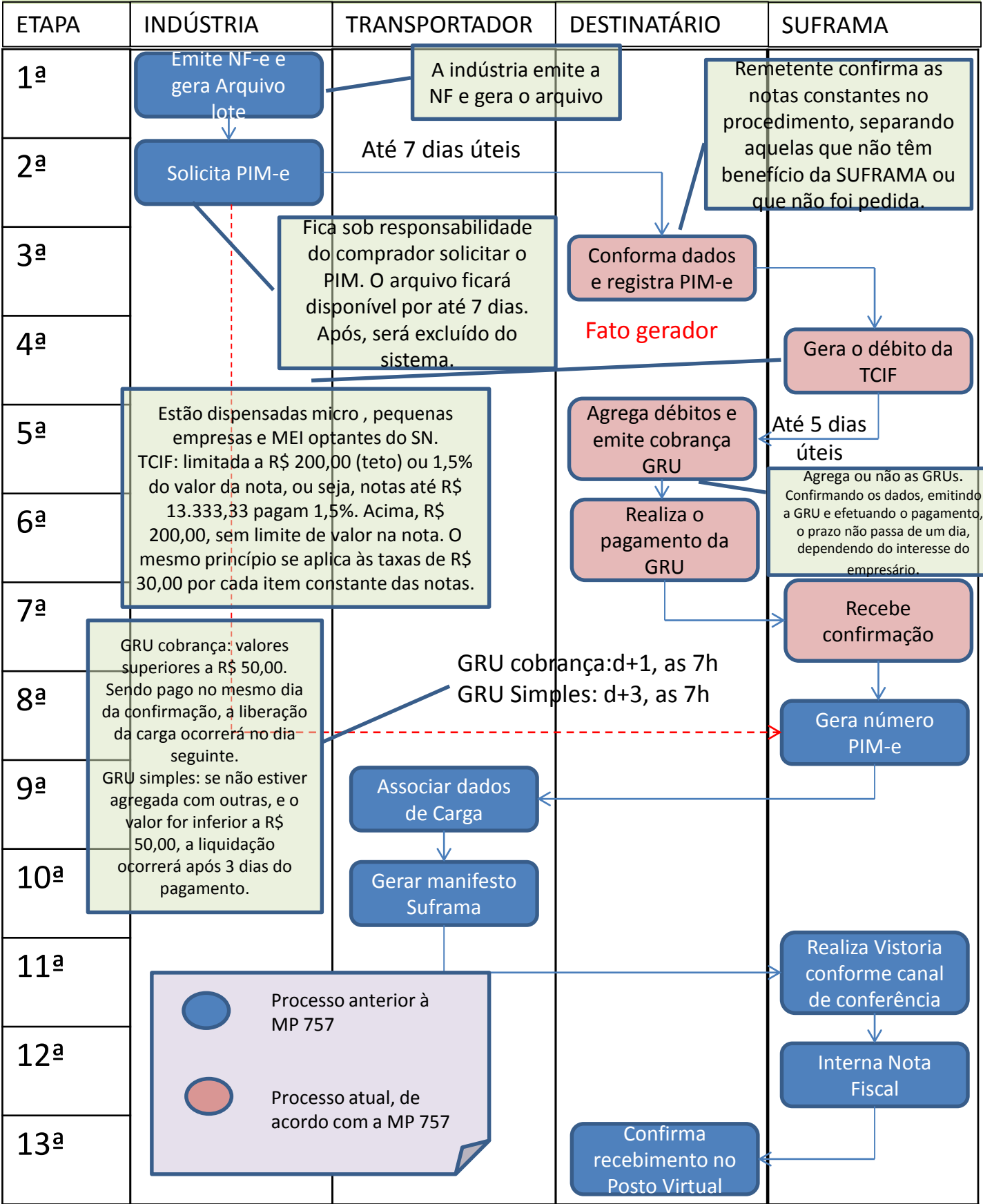


FLUXO SIMPLIFICADO DE INTERNAMENTO DE MERCADORIA NACIONAL (TCIF)



Proposição: Alterar sistemática de cobrança constante no art. 8º, II, passando a cobrar por grupo de produtos, ou seja, por grupo de ncm e não mais de forma individualizada ou de cada produto constante na nota fiscal.

Proposições:

- Limitar a aplicação da TCIF sobre o PLI, excluindo a expressão **“...ou por cada nota fiscal incluída no registro de protocolo..”**
- Alterar Art. 8º - Ocorrência do FG (Fato Gerador) estabelecendo que será no **“momento de ingresso das mercadorias na região incentivada”**, e não o momento do registro de protocolo, como observado no escopo do referido artigo.
- Alterar o Art. 8º, Inciso I, haja vista que deve-se aplicar percentual de 1,5% sobre os itens, limitando-se à R\$ 200,00, também no momento do ingresso, assumindo a seguinte redação:

“I- pelo pedido de licenciamento de importação ou por cada nota fiscal incluída no **momento do ingresso de mercadorias**, aplicar-se-á 1,5% sobre o valor total das mercadorias constantes no respectivo documento, limitado a R\$ 200,00”

- Alterar Art. 11, estabelecendo que o recolhimento deverá ocorrer em até 2 (duas) parcelas mensais, ou seja, recolhimento por quinzena, após o ingresso das mercadorias na região beneficiara. Sistemática utilizada na antiga TSA.

Continuação das Proposições:

- Encontros regionais com as entidades de classe representativa dos empresários, onde a SUFRAMA deverá apresentar relatório demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos do ingresso de mercadorias nas regiões incentivadas, **com o consequente retorno dos investimentos**, tendo em vista que ao longo dos últimos anos os recursos gerados com arrecadação das taxas aplicadas pela SUFRAMA foram contingenciados, não permitindo sua aplicação no desenvolvimento regional, espera-se que o montante arrecadado por conta da MP 757 seja revertido, única e exclusivamente, na região beneficiada.

FIM